

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 4.462, DE 2024

Apensado: PL nº 374/2025

Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para acrescentar o art. 3-E, que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Pesquisa sobre Transtorno do Espectro Autista (PNP-TEA) e dá outras providências.

Autores: Deputados AMOM MANDEL E DUDA RAMOS

Relator: Deputado FELIPE BECARI

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 4.462, de 2024, de autoria dos Senhores deputados Amom Mandel e Duda Ramos. O projeto altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para instituir o Programa Nacional de Pesquisa sobre Transtorno do Espectro Autista (PNP-TEA).

Na justificação, os autores da proposta aduzem que a etiologia dos Transtornos do Espectro Autista pode levar ao desenvolvimento de métodos diagnósticos mais precisos e precoces, algo essencial para a intervenção e para o tratamento eficazes. Aduzem ainda os autores que a pesquisa sobre terapias e intervenções terapêuticas inovadoras pode melhorar significativamente a qualidade de vida das pessoas com TEA, assim como de suas famílias.

Foi apensado ao projeto original o PL nº 374/2025, de autoria da Sra. deputada Renata Abreu, que dispõe sobre o incentivo à pesquisa das causas do Transtorno do Espectro Autista (TEA), institui parcerias público-privadas (PPPs), cria o Prêmio Nacional de Pesquisa sobre Autismo,



estabelece benefícios fiscais para empresas e instituições que investirem em estudos na área, concede bolsas de estudo para alunos de alto desempenho e autoriza a criação de ação orçamentária específica.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Ciência, Tecnologia e Inovação; Saúde; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 4462/2024, proposto pelo deputado Amom Mandel, tem como objetivo a criação do Programa Nacional de Pesquisa sobre Transtorno do Espectro Autista (PNP-TEA). Este programa visa impulsionar a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico relacionados ao Transtorno do Espectro Autista.

Ao projeto em tela foi apensado o Projeto de Lei nº 374/2025, apresentado pela deputada Renata Abreu, que, em essência semelhante ao primeiro, tem como objetivo estabelecer o Programa Nacional de Pesquisa e Prevenção do Autismo (PNPPA).

Destarte, cabe a esta comissão apreciar a matéria do ponto de vista da proteção dos direitos das pessoas com deficiência, de acordo com o campo temático e a área de atuação previstas no art. 32, inciso XXIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).



Neste sentido, o PL principal busca promover a identificação das causas, o diagnóstico precoce e o desenvolvimento de tratamentos e intervenções terapêuticas inovadoras ligadas ao Transtorno do Espectro Autista.

A iniciativa estabelece que instituições de pesquisa, universidades e organizações não governamentais poderão submeter propostas por meio de editais anuais, garantindo um fluxo contínuo de pesquisas.

Ainda de acordo com o texto, os recursos destinados ao PNP-TEA virão de dotações orçamentárias específicas, além de parcerias com a iniciativa privada e organismos internacionais, assegurando a sustentabilidade das iniciativas. Ademais, todos os projetos financiados deverão ser aprovados por um comitê de ética com apresentação de relatórios anuais, garantindo a transparência e a qualidade das pesquisas.

Outro aspecto importante do PNP-TEA é a exigência de que os resultados das pesquisas sejam publicados em acesso aberto ao público, promovendo a disseminação do conhecimento e a colaboração entre a comunidade científica e a sociedade.

O Projeto apensado, por sua vez, cria o Programa Nacional de Pesquisa e Prevenção do Autismo (PNPPA), cujo objetivo é promover estudos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e aprimorar as políticas públicas de inclusão para as pessoas que vivem com essa condição.

Entre as diretrizes principais do programa, destacam-se o incentivo à pesquisa das causas genéticas e ambientais do TEA, o desenvolvimento de metodologias para diagnóstico precoce e intervenções terapêuticas inovadoras, além da capacitação de profissionais nas áreas de saúde e educação. O projeto também propõe a criação de parcerias público-privadas para financiar projetos e desenvolver tecnologias assistivas.



Outro aspecto do projeto é a criação do Prêmio Nacional de Pesquisa sobre Autismo, que reconhecerá anualmente os melhores projetos na área. Além disso, a iniciativa estabelece a possibilidade de incentivos fiscais para empresas e instituições que investirem em pesquisas relacionadas ao autismo, estimulando assim a participação do setor privado.

Desta feita, tanto a proposição principal quanto a apensada são meritórias e oportunas em sua essência, fazendo-se necessário apenas alguns poucos ajustes de forma a respeitarmos as restrições constitucionais referentes às competências privativas de cada Poder e, principalmente, para prestigiarmos a Lei nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Assim, diante do exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 4.462, de 2024, assim como do Projeto de Lei nº 374/2025, a ele apensado, na forma do **SUBSTITUTIVO** anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado FELIPE BECARI
Relator



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.462, DE 2024, E AO PROJETO DE LEI Nº 374, DE 2025

Altera a Lei nº 12.764, de 2 de dezembro de 2012, para instituir o Programa Nacional de Pesquisa sobre Transtorno do Espectro Autista (PNP-TEA) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.764, de 2 de dezembro de 2012, passa a vigorar acrescida do seguinte art.2º-A:

“Art. 2º-A Fica criado o Programa Nacional de Pesquisa sobre Transtorno do Espectro Autista (PNP-TEA), com o objetivo de incentivar o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a pesquisa científica voltada para a identificação de causas, diagnóstico precoce, desenvolvimento de tratamentos e intervenções terapêuticas inovadoras relacionadas ao TEA.

§ 1º As instituições de pesquisa, universidades e organizações não governamentais poderão submeter projetos ao PNP-TEA por meio de editais específicos, abertos anualmente.

§ 2º Os recursos para o PNP-TEA serão provenientes de dotações orçamentárias específicas, além de parcerias com a iniciativa privada e organismos internacionais.

§ 3º Os projetos de pesquisa financiados pelo PNP-TEA deverão observar o disposto na Lei nº 14.847, de 28 de maio de 2024, e apresentar relatórios anuais de progresso e resultados.

§ 4º O Programa terá como diretrizes:

I – incentivo a pesquisas voltadas para a identificação das causas genéticas e ambientais do TEA;

II – desenvolvimento de metodologias para diagnóstico precoce e formas inovadoras de intervenção terapêutica;



III – fomento à capacitação de profissionais da saúde e educação para atendimento de pessoas com TEA;

IV – estabelecimento de parcerias público-privadas para financiamento de projetos e desenvolvimento de tecnologias assistivas;

V – concessão de bolsas de estudo para alunos brasileiros natos ou naturalizados que comprovem alto desempenho acadêmico em programas governamentais de incentivo à pesquisa;

VI – obrigatoriedade de aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos bolsistas em instituições de pesquisa, órgãos públicos ou iniciativas de inclusão no Brasil por um período mínimo de 2 (dois) anos;

VII – divulgação dos resultados das pesquisas financiadas por meio do programa, com acesso aberto, garantindo a disseminação do conhecimento.

§5º Fica criado o Prêmio Nacional de Pesquisa sobre Transtorno do Espectro Autista, como reconhecimento aos melhores projetos desenvolvidos na área”

§6º O Poder Executivo poderá regulamentar programas de incentivo fiscal a empresas e instituições que apliquem recursos em pesquisas relacionadas ao Autismo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado FELIPE BECARI
Relator

